

Congresso adia aumento

Os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), se uniram no sentido de convencer os parlamentares de que não seria bom para a imagem do Congresso discutir salários agora.

Luís Eduardo enviou emissários ao primeiro-secretário da Mesa, deputado Wilson Campos (PSDB-PE), para que parasse de defender o aumento na Câmara.

Sarney, por sua vez, solicitou ao vice-presidente do Senado, senador Júlio Campos (PFL-MT), que adiasse o projeto de concessão de R\$ 50 mil aos gabinetes da Casa.

Ontem, o manifesto de mais de

370 deputados que exigem melhores condições de trabalho e aumento de salários não conseguiu chegar ao destino: a Mesa da Câmara.

O líder do movimento, deputado Severino Cavalcanti (PFL-PE), pretendia entregar ontem o documento ao presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), durante reunião da Mesa, mas acabou desistindo.

De acordo com a Constituição, aumentos de salários de deputados e senadores só podem ocorrer ao mesmo tempo que os dos funcionários públicos. Fora desse prazo, os aumentos são concedidos a cada quatro anos, no fim da legislatura.